

A maternidade como identidade e resistência no poema “Vietnã”, de Wisława Szymborska

Flávia Guerra Rocha Campos*

Resumo

Este artigo analisa o poema “Vietnã”, da poeta polonesa Wisława Szymborska, como representação do esvaziamento identitário em um contexto de guerra. No interrogatório que estrutura o poema, uma mulher anônima, refugiada e privada de vínculos, responde com negativas ou evasivas à maioria das perguntas de seu inquiridor, até que, ao ser questionada sobre os filhos, afirma com convicção que aquelas crianças eram, de fato, seus filhos. Esse contraste evidencia a maternidade como a única afirmação possível de si, instaurando um gesto de resistência em meio ao apagamento imposto pela violência bélica. A leitura aqui proposta dialoga com Spivak (2010), ao problematizar os limites da voz subalterna; e com Arendt (1973), Agamben (2002) e Butler (2015), que discutem, respectivamente, exílio, destituição de direitos em contextos de violência e precariedade. Somam-se a essas contribuições a historiografia feminista de Scott (1992), que propõe a categoria “mulher” como construção histórica e política, e a análise de Badinter (1985), que questiona a naturalização do instinto materno. Ao articular essas perspectivas, evidencia-se que, em “Vietnã”, o reconhecimento da maternidade ultrapassa o âmbito privado e se configura como fronteira identitária e gesto de resistência frente ao desamparo, ao deslocamento e à supressão simbólica.

Palavras-chave: subalternidade; violência bélica; maternidade; resistência; Wisława Szymborska.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia (PPGELit/ILEEL/UFU). Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-5696-1396>.

Motherhood as identity and resistance in the poem "Vietnam" by Wisława Szymborska

Abstract

This article analyzes the poem "Vietnam" by the Polish poet Wisława Szymborska, as a representation of identity erasure in a context of war. In the interrogation that structures the poem, an anonymous woman, a refugee deprived of ties, responds with negations or evasions to almost every question, until, when asked about her children, she asserts with conviction that those children were indeed hers. This contrast highlights motherhood as the only possible affirmation of self, establishing a gesture of resistance amid the erasure imposed by the violence of war. The reading engages with Spivak (2010), in addressing the limits of the subaltern voice, and with Arendt (1973), Agamben (2002), and Butler (2015), who reflect, respectively, on exile, the deprivation of rights in contexts of violence, and precarity. To these perspectives are added the contributions of feminist historiography, such as Scott (1992), who proposes "woman" as a historical and political category, and Badinter (1985), who challenges the naturalization of maternal instinct. By articulating these approaches, it becomes evident that, in "Vietnam," the recognition of motherhood transcends the private sphere and takes shape as an identity boundary and a gesture of resistance in the face of abandonment, displacement, and symbolic erasure.

Keywords: subalternity; war violence; motherhood; resistance; Wisława Szymborska.

Também o poeta, se é um poeta de verdade, deve repetir constantemente para si mesmo: “não sei”. Cada poema seu é uma tentativa de resposta, mas assim que ele coloca o ponto final, já o espreita a dúvida, já começa a se dar conta de que aquela é uma resposta temporária e totalmente insuficiente. (Szymborska, 2016, p. 325-326).

Introdução

A poeta polonesa Wisława Szymborska (1923-2012), vencedora do Prêmio Nobel de Literatura em 1996, construiu uma obra singular, marcada por reflexões éticas e existenciais que dialogam com os traumas coletivos do século XX. Sua escrita, de estilo conciso, permeada por uma aparente simplicidade coloquial, revela, contudo, densidade filosófica e crítica social. O interesse de sua poesia está em evidenciar como a experiência individual é atravessada por forças históricas e políticas, problematizando o lugar do sujeito em um mundo em constante transformação.

O século XX europeu, especialmente no Leste, foi marcado por eventos traumáticos que deixaram marcas profundas na memória coletiva. A Polônia, país natal da autora, esteve no centro de invasões, ocupações e regimes autoritários, sendo submetida tanto ao nazismo quanto ao comunismo. A Segunda Guerra Mundial, bem como seus desdobramentos, produziu não apenas destruição material, mas também um regime de exceção que transformou vidas em existências precárias, privadas de direitos e pertencimento. Essa herança histórica, longe de se encerrar no imediato pós-guerra, continuou a reverberar na literatura, convertendo-se em material simbólico e estético. Nesse sentido, a poesia de Szymborska pode ser entendida como resposta a tais acontecimentos, uma vez que preserva vestígios de vidas anônimas e marginalizadas, resistindo ao esquecimento e à invisibilidade. Dessa forma, a escrita literária atua simultaneamente como registro e denúncia da violência, ao mesmo tempo que problematiza os limites da linguagem diante do indizível.

Entre os poemas de sua autoria, “Vietnã” se destaca por deslocar o olhar do discurso bélico oficial para a experiência de uma mulher anônima submetida a um interrogatório. O título remete a um dos conflitos mais emblemáticos da segunda metade do século XX, mas o poema não se resume a batalhas, estratégias ou líderes. Ao contrário, em “Vietnã”, Szymborska constrói um diálogo assimétrico entre uma voz autoritária, possivelmente de um oficial – que busca insistente localizar a personagem em parâmetros de identidade reconhecíveis: nome, origem, ideologia política, aldeia, filhos – e uma mulher privada de identidade e reduzida a uma forma precária de existência. Assim, é no contraste entre as perguntas incisivas da voz autoritária e as respostas evasivas da mulher refugiada que se revela o processo de esvaziamento identitário instaurado pela guerra.

No entanto, chama a atenção uma ruptura significativa na última resposta dada pela mulher, pois, ao ser questionada sobre os filhos, ela confirma sua maternidade. Esse gesto interrompe a cadêncie de negativas e reinstitui uma certeza em meio ao desamparo. Desse modo, o poema revela que, diante da destituição de identidade, vínculos e território, a maternidade emerge como único ponto de resistência, capaz de reinscrever a personagem em uma rede de pertencimento. Não se trata, entretanto, de idealizar a maternidade, mas de compreendê-la como a fronteira mínima que resiste à aniquilação simbólica.

Tendo isso em foco, para situar o contexto que permeia a escrita de Szymborska e o poema “Vietnã”, este artigo recorre a aportes teóricos que analisam a condição humana em situações de violência extrema. Inicialmente, apoia-se em Giorgio Agamben (2002), que, ao discutir a noção de “refugiado”, mostra como a guerra reduz sujeitos à mera sobrevivência, destituindo-os de direitos fundamentais. Também traz Hannah Arendt (1973), autora que reflete sobre como regimes totalitários transformam indivíduos em seres “supérfluos”. E, por fim, Judith Butler (2015), que contribui com a análise ao evidenciar como a guerra estabelece hierarquias de luto, tornando algumas vidas passíveis de reconhecimento e outras invisíveis. Em conjunto, esses referenciais permitem compreender como a personagem do poema encarna a marginalidade imposta pela violência bélica e pelo exílio.

Esses autores, contudo, são mobilizados não necessariamente para aplicação direta na leitura do texto literário, mas como instrumentos de aproximação do contexto de violência e totalitarismo que atravessou a trajetória de Szymborska. Nesse sentido, eles funcionam como suporte teórico e contextual, sem a pretensão de desenvolver uma análise historiográfica ou de detalhar exaustivamente esse período. A análise, então, parte da compreensão da obra de Szymborska como fruto do enfrentamento de conflitos, em que a experiência ordinária se vê constantemente reconfigurada por situações de exceção. Nesse cenário, o poema “Vietnã” será analisado por revelar, na concisão de um diálogo, uma forma poética que expõe o esvaziamento da vida cotidiana pela guerra, convertendo a experiência comum em testemunho da violência.

Complementarmente, a reflexão de Gayatri Spivak (2010) sobre a situação do sujeito subalterno será relacionada à figura feminina em “Vietnã”, atravessada por silenciamentos estruturais que limitam suas formas de enunciação. Ao trazer a mulher anônima para o centro de sua poesia, Szymborska não resolve a questão da fala direta do subalterno, mas tensiona o espaço da literatura como lugar de registro de vidas que permanecem ausentes do discurso oficial. Nesse movimento, aproxima-se também da perspectiva de Joan Scott (1992), para quem a história das mulheres constitui uma categoria de análise capaz de desestabilizar paradigmas consolidados, permitindo interpretar as escolhas da personagem não apenas como experiência individual, mas como gesto político e simbólico. Em diálogo com essas contribuições, a crítica de Elisabeth Badinter (1985) ao mito do instinto materno reforça a compreensão da maternidade não como dado natural ou mera expressão instintiva, mas como experiência situada historicamente, atravessada por imposições de gênero e possibilidades de atuação. Assim, quando a mulher, em “Vietnã”, se afirma como mãe, esse reconhecimento converte-se em ato de reinscrição identitária e de resistência.

Dessa forma, este artigo propõe analisar o poema de Szymborska sob a ótica das representações da maternidade em contextos de guerra, entendendo-a como ponto de insurgência frente ao esvaziamento identitário. Busca-se demonstrar que, ao transformar a maternidade em única certeza possível, a poeta preserva, no espaço literário, a experiência de mulheres em situações de violência e deslocamento, inscrevendo-as na memória coletiva a partir de uma perspectiva crítica e poética.

“Não sei”: guerra e esvaziamento identitário em “Vietnã”

O poema “Vietnã”, de Wisława Szymborska, encena um interrogatório que expõe a vulnerabilidade da situação humana em tempos de guerra. A estrutura é marcada pela repetição: perguntas incisivas de um interlocutor anônimo, supõe-se que seja um oficial militar, contrastam com as respostas negativas da personagem feminina, também sem nome. Nos primeiros versos, “Mulher, como você se chama? — Não sei. / Quando você nasceu, de onde você vem? — Não sei.” (Szymborska, 2011, p. 39), já se anuncia o efeito da guerra: o esvaziamento identitário. Não há nome, origem ou data de nascimento; nesse diálogo, tudo que poderia ancorar uma história de vida foi desfeito pela necessidade de fugir da violência, representada pelos “Não sei” evocados pela mulher interrogada. Nessa perspectiva, essas respostas evasivas não se reduzem a uma recusa simples, mas representam a voz da refugiada que tanto resiste ao enquadramento autoritário das perguntas quanto revela a situação de quem já não dispõe de certezas sobre si mesma por testemunhar e sofrer os efeitos da guerra. Nesse jogo de perguntas e respostas, Szymborska dramatiza o impacto da guerra como esvaziamento identitário, expondo a fragilidade de uma vida reduzida ao limiar da sobrevivência.

Esse esvaziamento de identidade pode ser lido à luz de Agamben (2002), para quem a figura do refugiado representa mais do que uma situação social: “O refugiado deve ser considerado por aquilo que é, ou seja, nada menos que um conceito-limite que põe em crise radical as categorias fundamentais do Estado-nação, do nexo nascimento-nação àquele homem-cidadão” (Agamben, 2002, p. 141). No poema, a mulher interrogada é a tradução literária dessa situação-limite, visto que ela não se inscreve no nexo entre nascimento, território e cidadania, permanecendo à margem das categorias de reconhecimento social e político.

Nos versos seguintes, “Para que cavou uma toca na terra? — Não sei. / Desde quando está aqui escondida? — Não sei. / Por que mordeu o meu dedo anular? — Não sei. / Não sabe que não vamos te fazer nenhum mal? — Não sei.” (Szymborska, 2011, p. 39), a personagem feminina aparece reduzida a instintos de sobrevivência: cava uma toca, esconde-se, reage com uma mordida diante da possível ameaça. A linguagem

utilizada não necessariamente ajuda a construir uma identidade, mas expõe uma existência marcada pela vulnerabilidade e pela reação imediata ao perigo, visto que a toca – ou seja, a vida subterrânea – e a mordida sugerem uma vida animalizada, de quem busca, sobretudo, sobreviver aos danos de uma guerra.

Essa cena pode ser interpretada a partir da lógica totalitária postulada por Arendt (1973). Segundo a filósofa, o totalitarismo não visa apenas ao controle político, mas à transformação dos sujeitos em seres dispensáveis, despojados de individualidade e reduzidos a funções elementares ou, em suas palavras, a “seres supérfluos”:

O que torna a convicção e a opinião de qualquer espécie tão ridículas e perigosas nas condições totalitárias é que os regimes totalitários orgulham-se de não precisarem delas, como dispensam qualquer tipo de auxílio humano. Os homens, na medida em que são mais que simples reações animais e realização de funções, são inteiramente supérfluos para os regimes totalitários. O totalitarismo não procura o domínio despótico dos homens, mas sim um sistema em que os homens sejam supérfluos. O poder total só pode ser conseguido e conservado num mundo de reflexos condicionados, de marionetes sem o mais leve traço de espontaneidade. Exatamente porque os recursos do homem são tão grandes, só se pode dominá-lo inteiramente quando ele se torna um exemplar da espécie animal humana. Portanto, o caráter pode ser uma ameaça, e até mesmo as normas legais mais injustas podem ser um obstáculo; mas a individualidade, ou qualquer outra coisa que distinga um homem do outro, é intolerável. (Arendt, 1973, p. 507).

Assim, a personagem poética encarna essa condição de superfluidade, pois, ao mesmo tempo que é destituída de identidade e cidadania, é reduzida a uma reação quase instintiva, reflexo de um corpo em estado de defesa, o que a situa na fronteira entre humanidade e animalidade. Em contraponto à animalização, a mulher, durante o interrogatório, é cobrada a se enquadrar, ao menos, política e territorialmente, com o objetivo de revelar algum aspecto de sua identidade: “De que lado você está? — Não sei. / É a guerra, você tem que escolher. — Não sei.” (Szymborska, 2011, p. 39); indagações sobre as quais ela insiste em não responder precisamente.

O interrogatório, nesse ponto, explicita a lógica binária da guerra, isto é, é preciso estar de um lado ou de outro. A recusa ou a impossibilidade

de fornecer respostas exatas inscreve a personagem em uma situação de exclusão, uma vez que sua existência não pode ser ou resiste em não ser traduzida nos moldes que a guerra exige. De acordo com Butler (2015), categorias identitárias universais e unívocas preestabelecidas em função de uma ação política falham, já que não compreendem as complexidades concretas das vidas dos sujeitos.

Exemplo dessa crítica, fornecido pela própria autora, é a noção de precariedade. Segundo Butler (2015), a vida humana deve ser compreendida como intrinsecamente precária, uma vez que, desde o nascimento, todo ser está exposto à possibilidade da morte. A precariedade, nesse âmbito, não constitui um atributo particular, mas uma característica universal da experiência, que revela a dependência radical dos indivíduos em relação às condições mínimas de sobrevivência e às redes de apoio que tornam a existência possível. Dessa maneira, “afirmar que a vida é precária é afirmar que a possibilidade de sua manutenção depende, fundamentalmente, das condições sociais e políticas, e não somente de um impulso interno para viver” (Butler, 2015, p. 36). Porém, para a autora, embora a precariedade seja constitutiva de toda vida, ela não se manifesta de forma igualitária. As condições sociais e políticas não estão asseguradas a todos, o que faz com que determinados grupos tenham acesso a redes de proteção e possibilidades de prosperidade, enquanto outros são expostos de maneira desproporcional à dor, à fome, à violência e à morte. Trata-se, portanto, de uma distribuição desigual da precariedade, que impõe a alguns sujeitos uma experiência intensificada de vulnerabilidade. A esse respeito, Butler afirma:

A fragilidade existencial designa a situação politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e violência sem nenhuma proteção. A fragilidade existencial também caracteriza a situação politicamente induzida de maximização da vulnerabilidade para populações expostas à violência arbitrária do Estado que com frequência não têm opção a não ser recorrer ao próprio Estado contra o qual precisam de proteção. (Butler, 2015, p. 46-47).

Assim sendo, a precariedade não se distribui de modo uniforme entre todos os sujeitos, pois algumas vidas não são vistas como dignas de proteção e, consequentemente, suas mortes não são reconhecidas como perdas passíveis de luto. A filósofa estadunidense sustenta, então, que a própria fragilidade existencial pode servir de base para a constituição de um movimento múltiplo e heterogêneo, que não dependa da convergência absoluta de interesses nem da fixação de identidades estáveis. Nesse aspecto, a partir da análise dos versos em questão, a resposta “Não sei.” não apenas frustra a lógica bélica da identificação, mas também expõe a distribuição desigual da precariedade, que transforma algumas vidas em reconhecíveis e outras em invisíveis, ou, até mesmo, em vidas não vivíveis.

No penúltimo verso, “Tua aldeia ainda existe? — Não sei.” (Szymborska, 2011, p. 39), concentra-se o impacto da guerra sobre o território e a herança do indivíduo; isto é, a “aldeia”, simbolizada como espaço de pertencimento e memória coletiva, aparece, nesse trecho, ameaçada de desaparecimento. Dessa maneira, retomando Arendt (1973) e o processo de superfluidade, o poema dramatiza a ruptura do vínculo comunitário e político, limitando a existência da personagem à situação de deslocamento e incerteza. Nesse sentido, a filósofa relaciona a produção do “ser supérfluo” ao desenraizamento produzido pelos regimes totalitários, de modo que “não ter raízes significa não ter no mundo um lugar reconhecido e garantido pelos outros; significa não pertencer ao mundo de forma alguma. O desarraigamento pode ser a situação preliminar da superfluidade” (Arendt, 1973, p. 528).

A incerteza quanto à existência da aldeia representa essa perda de raízes, já que, privada de território, a refugiada de “Vietnã” é também privada de mundo. A violência bélica, ao aniquilar comunidades inteiras, transforma sujeitos em “seres supérfluos”, deslocados e sem garantias de pertencimento. Esse verso, portanto, sintetiza o esvaziamento identitário e territorial que caracteriza a situação do refugiado. Entretanto, o poema não se conclui nesse ponto. Resta ainda um último movimento, no último verso, em que a personagem, após negar todas as formas de inscrição identitária e territorial, afirma-se pela maternidade.

A última palavra: maternidade e reinscrição do sujeito em “Vietnã”

O primeiro verso de “Vietnã”, “*Mulher, como você se chama?*” (Szymborska, 2011, p. 39, grifo nosso), evidencia que a pergunta dirigida à personagem feminina lhe possibilita falar, porém, apenas porque está sendo submetida a um interrogatório. Essa vida marginalizada, representada por uma mulher refugiada, só pode falar quando lhe é permitido. Nesse sentido, embora a personagem até responda, suas respostas não rompem a estrutura de silenciamento, porque permanecem fora do campo de inteligibilidade que o poder hegemônico, tradicionalmente militar e patriarcal, exige.

Essa leitura se sustenta ao se considerar o lugar da mulher como sujeito subalternizado também em contextos de guerra e de colonização. Como observa Spivak (2010): “Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (Spivak, 2010, p. 28). No poema, essa obscuridade ressoa tanto no Vietnã¹, submetido à intervenção militar de outros países, quanto na própria trajetória histórica da Polônia², país de Szymborska, marcado por repetidas ocupações e pela submissão a forças nazistas e soviéticas. A voz feminina e anônima, situada nesse horizonte de guerra e colonização, revela-se, assim, como expressão dupla da subalternidade, dado que pode até falar, mas não de forma autônoma, encarnando, dessa forma, a figura do sujeito subalterno cuja fala é sempre mediada e deformada pelas estruturas que o oprimem.

Ainda que, no poema, o vocativo “mulher” indique o desconhecimento entre interrogador e interrogada, é importante destacar seu uso no diálogo, tendo em vista que sua ocorrência não é neutra. Trata-se de um marcador de gênero carregado de significados históricos e políticos, sobretudo ao se considerar o papel das mulheres em cenários de conflito armado. Diante disso, antes mesmo de enunciar sua resposta, a personagem já está inscrita em uma situação que não é universal, mas

1 Duong (2023) analisa a Guerra do Vietnã (1955-1975) como resultado da herança colonial francesa, da divisão ideológica entre Norte e Sul e da disputa geopolítica da Guerra Fria. Destaca eventos como o Golfo de Tonkin, a Ofensiva do Tet e os Acordos de Paris, ressaltando o enorme custo humano – milhões de mortos, deslocamentos e massacres, além de impactos ambientais e sociais duradouros. Por fim, aponta que o conflito levou à reunificação sob regime comunista e redefiniu a política externa estadunidense.

2 Woniak (2016) e Wylegala (2016) mostram como a trajetória polonesa sob ocupações sucessivas foi marcada tanto pelo terror nazista enfatizado nos livros escolares poloneses e tratado de forma mais sintética nos alemães, quanto pelas deportações e deslocamentos forçados impostos pela União Soviética, cujas memórias foram silenciadas por décadas e só recuperadas após 1989.

determinada pela sua posição como mulher em meio à guerra. Portanto, seu corpo é imediatamente inscrito em um regime desigual de escuta, que tende a reduzir sua experiência a notas marginais da história oficial.

Desse modo, o marcador “mulher”, no início do poema, não somente designa um corpo feminino de modo genérico, mas também expõe a desigualdade que atravessa a constituição do sujeito histórico, comprovada por meio da necessidade de uma perspectiva histórica que

questiona a prioridade relativa dada à “história do homem”, em oposição à “história da mulher”, expondo a hierarquia implícita em muitos relatos históricos. E, mais fundamentalmente, desafia tanto a competência de qualquer reivindicação da história de fazer um relato completo quanto à perfeição e à presença intrínseca do objeto da história – o Homem universal. Embora todos os historiadores das mulheres não apresentem diretamente estas questões, seu trabalho implica-as: Através de que processos as ações dos homens vieram a ser consideradas uma norma, representativa da história humana em geral, e as ações das mulheres foram subestimadas, subordinadas ou consignadas a uma arena particularizada, menos importante? Que comparações não estabelecidas estão implícitas em termos como “história” e “o historiador”? Que perspectiva estabelece os homens como atores históricos primários? Qual é o efeito sobre as práticas estabelecidas da história de se olhar os acontecimentos e as ações pelo lado de outros sujeitos, as mulheres, por exemplo? Qual o relacionamento entre o historiador e os sujeitos sobre os quais ele/ela escreve? (Scott, 1992, p. 78).

Ainda conforme Scott (1992), tal desigualdade se manifesta em diferentes níveis. Em primeiro lugar, no campo historiográfico, pois a tradição consolidou o “Homem” como sujeito universal da história, relegando às mulheres a situação de inferioridade, quase sempre invisibilizadas ou lembradas apenas em papéis secundários. Em segundo lugar, no contexto da guerra, essa assimetria se acentua, afinal, enquanto os homens são registrados como combatentes, líderes ou mártires, as mulheres aparecem sobretudo como vítimas anônimas, despojadas de voz própria, mencionadas apenas em função dos seus maridos ou da destruição que testemunham. Por fim, no próprio espaço do interrogatório poético de Szymborska, o uso de “mulher” não busca reconhecer a singularidade da personagem, mas enquadra-la em categorias estabelecidas pelo

poder. A palavra, aparentemente neutra, carrega, então, uma tradição de silenciamento que impede que a experiência feminina seja reconhecida como constitutiva da História.

No entanto, ao final do poema, a única resposta afirmativa da personagem rompe a sequência de negativas: “Esses são teus filhos? / – São.” (Szymborska, 2011, p. 39). A mulher, até então marcada pelo desconhecimento de si mesma, da sua origem e do seu território, reconhece nos filhos a sua única forma de afirmação possível. Essa resposta, ao mesmo tempo simples e decisiva, sugere que, em meio à destituição produzida pela guerra, é na maternidade que a personagem encontra um lugar de identificação.

É importante, contudo, não reduzir esse gesto a um suposto “instinto maternal”, ideia que a tradição histórica tentou naturalizar. A literatura, assim como a historiografia, muitas vezes também consolidou a visão da mulher como aquela destinada por natureza ao cuidado dos filhos, apagando as condições concretas que a colocaram nessa posição. Nessa esteira, de acordo com Badinter,

começamos a perceber como o desejo de ter um filho é complexo, difícil de precisar e de isolar de toda uma rede de fatores psicológicos e sociais. À ideia de “natureza feminina”, que cada vez consigo ver menos, prefiro a de uma multiplicidade de experiências femininas, todas diferentes, embora mais ou menos submetidas aos valores sociais cuja força calculo. A diferença entre a fêmea e a mulher reside exatamente nesse “mais ou menos” de sujeição aos determinismos. A natureza não sofre tal contingência e essa originalidade nos é própria. [...] É certo que há algum tempo os conceitos de instinto e de natureza humana perderam o prestígio. Examinando-se de perto a questão, torna-se difícil encontrar atitudes universais e necessárias. E como os próprios etologistas renunciaram a falar de instinto ao se referirem ao homem, estabeleceu-se um consenso entre os intelectuais para lançar o vocábulo à lixeira dos conceitos. Assim, o instinto materno não está mais em circulação (Badinter, 1985, p. 16-21).

No caso de “Vietnã”, a mulher aparece sozinha com seus filhos, possivelmente pelo envolvimento do marido na guerra. A maternidade, portanto, não é apenas fruto de uma inclinação instintiva, mas também da desigualdade de gênero que faz recair sobre a mulher, e não sobre o homem, a responsabilidade da sobrevivência das crianças.

Nesse ponto, a leitura de Scott (1992) é novamente esclarecedora ao mostrar que categorias como a de gênero estruturam relações de poder e atribuem papéis sociais de forma desigual. Ser “mãe”, no poema, é menos uma escolha individual do que uma posição imposta pelas circunstâncias históricas e pela construção social do feminino. Todavia, ao assumir essa situação, a personagem não apenas reproduz uma norma, ela ressignifica sua existência. Em meio ao desamparo e à violência, reconhecer-se mãe é também afirmar-se sujeito, ainda que no mínimo, diante da tentativa de esvaziamento identitário que a guerra lhe impõe. Esse ponto é fundamental, dado que a personagem não recupera nome, origem, território ou posição política. Nada disso lhe é possível. Mas ela recupera um vínculo, não porque o instinto materno a determina, como esclarece Badinter (1985), mas porque, historicamente, a maternidade é uma posição que permanece acessível mesmo quando todas as outras formas de inscrição social são negadas ao feminino. É o último vestígio de sua história, o único elo que a guerra não conseguiu apagar.

Assim, mesmo sob extrema destituição, a mulher produz um ato de afirmação. Seu “sim” é uma recusa à lógica binária da guerra, que a exigia “de um lado” ou “de outro”; em vez disso, ela afirma outra modalidade de existência, fundada no laço, não na obediência. A maternidade funciona como última fronteira identitária por resgatar a singularidade que o interrogatório não consegue reproduzir. Se a guerra reduz a mulher a uma vida dispensável, o reconhecimento dos filhos a reinscreve como sujeito de vínculo e memória. Dessa maneira, os versos de Szymborska revelam o poder de um único enunciado – mínimo, mas incisivo – de deslocar a personagem da condição de “vida supérflua” (Arendt, 1973) para um modo de existência que se recusa a desaparecer.

Considerações finais

Em “Vietnã”, a maternidade revela-se ambivalente: é resultado de uma desigualdade de gênero que destina às mulheres a responsabilidade pelo cuidado, mas também possibilidade de insurgência, pois garante à personagem a afirmação de si mesma e a reafirmação de lutar pela vida

de seus filhos. A resposta “São.”, no último verso do poema, inscreve-se como fronteira entre silêncio e enunciação, entre anulação e reinscrição identitária. Nesse gesto, a maternidade torna-se não apenas cuidado ou sobrevivência, mas gesto simbólico de resistência em meio à guerra.

A partir da leitura de “Vietnã”, conclui-se que o interrogatório exige da personagem respostas que a inscrevam dentro das categorias reconhecíveis pelo regime bélico – nome, origem, lado político –, porém, a recusa, ou a impossibilidade, de responder evidencia sua precariedade, já que sua vida não se traduz nos parâmetros que garantem reconhecimento e proteção. Ao mesmo tempo, a precariedade não é apenas situação de vulnerabilidade, mas também possibilidade de insurgência, uma vez que, ao rejeitar a lógica binária imposta pelo poder militar e patriarcal, a mulher se recusa a ser reduzida a um lugar previamente delimitado e abre espaço para outras formas de existência e afirmação.

Nesse sentido, o verso final, em que a personagem reconhece seus filhos, marca uma ruptura significativa: se, até então, as respostas eram negativas ou evasivas, ecoando o não-lugar imposto pelo interrogatório, ao declarar “São.”, a mulher reinscreve sua situação na História por meio da maternidade. Como sugere Scott (1992), gênero é uma categoria de análise que organiza significados e relações de poder. Nessa lógica, a experiência feminina, longe de ser instinto privado, é constituída discursivamente e carrega dimensões políticas e simbólicas que se tornam legíveis em contextos como o de “Vietnã”. Nele, o reconhecimento da maternidade converte-se em uma forma de resistência frente ao esvaziamento identitário imposto pela guerra, deslocando o lugar da mulher de subalterna silenciada para sujeito capaz de afirmar sua própria existência e sua permanência na manutenção de seus vínculos.

Além disso, a leitura desse poema permite reconhecer, particularmente, como Wisława Szymborska articula, no espaço mínimo de um interrogatório, questões feministas atuais. A condição da personagem de mulher, refugiada, destituída de inscrição política ilustra debates que Scott e Spivak formalizaram, especialmente no que diz respeito à relação entre gênero, fala e apagamento histórico. Assim, a resposta dada por ela no último verso não é apenas uma resistência íntima à dissolução identitária provocada pela guerra, mas um gesto que ecoa, em linguagem poética, na disputa pela possibilidade de existir subjetiva e discursivamente.

Essa potência das pequenas afirmações – advindas dos limites, das margens e da subalternidade – repercute de maneira significativa na literatura contemporânea escrita por mulheres. Desde a ficção de guerra até as narrativas da maternidade, da migração e da violência doméstica, a literatura tem dado visibilidade às formas persistentes de enunciação feminina, ecoando o que Szymborska dramatizou poeticamente décadas atrás. A maternidade como fronteira identitária, o vínculo como último recurso político e a fala como modo de existir são temas que retornam no trabalho de escritoras brasileiras e estrangeiras, reatualizando debates sobre vulnerabilidade e resistência em contextos marcados por múltiplas opressões.

Desse modo, a leitura feminista de “Vietnã” permite não apenas compreender o gesto final da personagem como um ato de reinscrição subjetiva e política, mas inserir o poema em uma linhagem crítica que atravessa a literatura e a teoria. O interrogatório de Szymborska permanece atual porque revela como a guerra e, por extensão, qualquer estrutura de poder interfere na produção das vozes femininas, mas também como essas vozes se rearticulam, mesmo quando o espaço que lhes é concedido parece mínimo. Ler “Vietnã” hoje é reconhecer que a resistência pode nascer do mínimo, de um único enunciado, e que esse enunciado pode ressoar para além do poema, contribuindo para formas contemporâneas de dizer o mundo a partir das mulheres e das suas experiências que, ainda que reiteradamente deslocadas das narrativas dominantes, jamais deixaram de produzir sentidos e de disputar espaço na História.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer*: o poder soberano e a vida nua I. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1973.

BADINTER, Elisabeth. *O mito do amor materno*: história do amor maternal do século XVII ao século XX. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra*: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DUONG, Ngiêm. The Vietnam War: An Analysis of History, Causes, and Impacts. *Influence: International Journal of Social Sciences*, v. 2, n. 1, p. 346-356, 2023. Disponível em: <https://influence-journal.com/index.php/influence/article/download/162/152/226>. Acesso em: 17 set. 2025.

SCOTT, Joan W. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p. 63-95.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SZymborska, Wisława. *Poemas*. Seleção, tradução e prefácio de Regina Przybycien. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SZymborska, Wisława. *Um amor feliz*. Seleção, tradução e prefácio de Regina Przybycien. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

WONIAK, Katarzyna. The German Occupation of Poland in German and Polish History Schoolbooks. In: WOLFF-OWĘSKA, Anna; FORECKI, Piotr (org.). *World War II and Two Occupations*. Berlin: De Gruyter, 2016. p. 169-190. Disponível em: <https://library.oapen.org/bitstream/id/fea69a19-3c76-4aad-b660-4f6f62799ad4/9783653055337.pdf>. Acesso em: 17 set. 2025.

WYLEGAŁA, Anna. Between Biographical Experience and Social Construction of Memory: The Oldest Generation of Poles on the Soviet Occupation and the Soviets. In: WOLFF-OWĘSKA, Anna; FORECKI, Piotr (org.). *World War II and Two Occupations*. Berlin: De Gruyter, 2016. p. 95-116. Disponível em: <https://library.oapen.org/bitstream/id/fea69a19-3c76-4aad-b660-4f6f62799ad4/9783653055337.pdf>. Acesso em: 17 set. 2025.